



## Pronúncia do Partido Ecologista “Os Verdes” no quadro da Consulta Pública da Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto do “Sistema de Teleféricos e Parque Aventura do Curral das Freiras - Madeira”

Uma leitura e uma análise atentas e rigorosas dos documentos disponibilizados no quadro da Consulta Pública da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) do Projeto do “Sistema de Teleféricos e Parque Aventura do Curral das Freiras – Madeira” **vieram reforçar o total desacordo do Partido Ecologista Os Verdes (PEV) com este Projeto e reforçar as nossas preocupações caso ele se venha a concretizar**, pelas razões que passamos a expor:

**1 – Este Projeto aumenta substancialmente os riscos naturais já existentes e cria novos riscos para as populações do Curral das Freiras e das outras localidades próximas e apresenta também inúmeros riscos para os próprios turistas.**

Uma situação tanto mais gravosa quando os riscos inerentes ao Projeto abrangem diversas áreas e não foram devidamente avaliados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou foram simplesmente omitidos. Entre estes riscos destacamos:

**1.1- Os riscos geológicos gravosos já existentes, que se traduzem por deslizamentos de terras e quedas de pedras, serão em muito agravados com este Projeto!**

**Os Verdes não podem deixar de estranhar que, perante as características de vulnerabilidade geológicas e hidrológicas da localização deste Projeto, registadas ao longo dos anos e referidas no próprio PDM da Câmara de Lobos, que deveriam merecer, até na perspetiva de quem defende o Projeto, um estudo aprofundado dos impactes e de como estes potenciam os riscos, a equipa técnica do EIA não tenha**

**integrado nenhum geólogo e que este facto tenha sido aceite pela entidade de AIA!**

Esta é uma situação tanto mais inaceitável quando o próprio Estudo Prévio (EP) do Projeto alerta para estas vulnerabilidades. Refere concretamente que o Curral das Freiras se encontra “numa área propícia a movimentos de massas, nomeadamente a deslizamentos que induzem o recuo das vertentes. Por estes motivos a perigosidade dos potenciais locais de implementação das estações é elevada” (EP, p. 44), e requer estudos específicos nesta área. Diz ainda o EP que “Verificando-se a proximidade das estações da Boca da Corrida e do Paredão com as zonas de maior declive das vertentes, de 40% a 80% (...) recordando que este vale é caracterizado por deslizamentos com eventos destrutivos registados. Afigura-se assim, fundamental reconhecer as suas representatividades geológicas-geotécnicas nos locais alvo” (EP, p. 45). Mas o EP não fica por aqui, sublinha também no que diz respeito à estação da Boca da Corrida é visível “através de imagens do “Google Eath” a existência de locais de duas áreas onde a vertente está particularmente erodida, em local topograficamente inferior à plataforma e estação” (EP, p. 55) e alerta para “as elevadas forças e tensões” que os cabos do sistema de teleférico exercem ao nível da fundação, concluindo da necessidade “fundamental e imprescindível de proceder à caracterização geológica-geotécnica dos estratos de fundação” (EP, p.55).

Já o EIA, se bem que replicando os dados do EP, numa negação total face aos mesmos, faz uma avaliação final em relação aos impactes resultantes do Projeto na componente de geologia e geomorfologia, onde os classifica como negativos, mas de reduzida magnitude! Para além disso o AIA remete os estudos de caracterização geológica-geotécnica para o Projeto de Execução!

**Os Verdes consideram que o EIA, ao não ter integrado estes estudos determinantes para a avaliação dos impactes, perde toda a credibilidade. Consideramos ainda inadmissível que a Entidade de AIA tenha aceite o EIA nestas condições. Uma decisão que descredibiliza totalmente a entidade responsável pelo acompanhamento da AIA tanto mais que os estudos referidos não são sobre questões menores. Estes estudos foram considerados pelos engenheiros civis responsáveis pelo EP como “fundamentais e imprescindíveis” para a segurança do próprio Projeto. Estes estudos deveriam preceder a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e, em consequência, estarem disponíveis na Consulta Pública e serem decisivos na decisão final.**

Por outro lado, na avaliação de risco, o EIA atribui o valor máximo (5) aos riscos de deslizamento de terras e de queda de pedras, tanto na fase de construção como de exploração, mas daí pouco ou nada conclui. **Para o PEV, a conclusão só poderia ser uma: deixar cair este Projeto!**

### **1.2 - Os riscos de quedas de cabines dos teleféricos não são abordados:**

Por muito que as tecnologias sejam avançadas, os riscos de quedas de cabine existem sempre, e não se pense que são um fenómeno raro. Verificou-se, por exemplo, há poucos dias com a cabine do teleférico da Rocha do Navio, em Santana, e no Norte de Itália na região do Piemonte, em 2021, provocando a morte dos passageiros. As quedas de cabines de teleféricos, por cedência dos pilares de suporte, por rutura de cabos, por choque entre cabines ou por qualquer outra razão, não são tão raras quanto isso até nas zonas onde a sua manutenção tem uma presença de “know how” com uma “economia de escala” muito vantajosa. O que não será o caso destes teleféricos, que sendo extremamente exigentes em matéria de segurança (pela sua localização em zona de grande vulnerabilidade geológica, pela altitude e pelo facto de ficarem por cima de uma zona povoada) será difícil ter permanentemente disponível na Ilha da Madeira um “know how”, a um nível economicamente sustentável, para garantir essa segurança. Como tal a manutenção da segurança de todo o sistema não é uma questão menor. A dimensão dos riscos decorrentes de um acidente, com avaria ou queda de cabine ou cabines, é, neste caso, tanto mais importante de avaliar tendo em conta que um dos teleféricos (Paredão/Boca da Corrida) tem um potencial para duas cabines de cinquenta pessoas, a uma altitude de 1200 a 1400 metros, o que levaria a que qualquer acidente tivesse uma amplitude negativa enorme tanto para os turistas como para os curraleiros. A abordagem de possíveis acidentes decorrentes do funcionamento dos equipamentos, teleféricos e Zip Line, está ao nível de caricatura e resume-se a um parágrafo de três linhas nos “Impactes sobre Saúde Humana - em fase de exploração”, na p. 406 do EIA, tendo como única preocupação “a sobrecarga dos serviços de saúde locais”! A irresponsabilidade desta atitude é tanto maior quando se pretende atrair para estas atividades, segundo os promotores do Projeto, largas centenas de pessoas e quando se sabe que o acesso ao Curral não se faz por via de uma autoestrada em caso de acidente.

Quanto às avarias com necessidade de resgate, o EIA replica o que o Estudo Prévio (EP) indica, isto é, a necessidade de encontrar uma solução que passa por “um sistema integrado e certificado por uma entidade certificadora” (p. 23 do EP e p. 41 do EIA).

Sistema que supomos será exigido em termos do Concurso Internacional, **mas que não terá sido submetido a AIA.**

### **1.3 - Os riscos decorrentes da ocupação do espaço aéreo do Curral com cabos:**

A ocupação e corte do *espaço aéreo* do Curral com os cabos dos 2 teleféricos, cada um com via dupla, e do Zip Line, numa proximidade espacial relativa, cria um potencial de risco para a intervenção de um helicóptero em caso de emergência médica ou evacuação e para a intervenção de meios aéreos de combate a incêndio, que não foram avaliados no EIA. O Curral fica assim ainda mais *encurralado*!

Esta situação é também um perigo para a segurança dos próprios teleféricos. A possibilidade de um meio aéreo, seja um helicóptero ou um avião de combate a incêndios, atingir os cabos e provocar um acidente não é ficção científica, já aconteceu nos Alpes franceses em 1961, e em Itália em 1998, com um avião militar americano que cortou os cabos do teleférico de Cavalese. Todos estes acidentes levaram à morte dos passageiros das cabines, mas em nenhum destes locais as cabines se despenharam em áreas povoadas como pode acontecer aqui.

### **1.4 - Riscos diversos**

Existem ainda um conjunto de riscos que na opinião do PEV não foram devidamente avaliados, nomeadamente:

#### **a) Os Ventos:**

A avaliação dos ventos não é uma questão menor, visto vários acidentes com cabines de teleféricos terem ocorrido por essa causa. Uma avaliação correta do impacte dos ventos teria sido também importante, mesmo na perspetiva dos defensores do Projeto, tanto por motivos de segurança, como de sustentabilidade económica, nomeadamente para avaliar dos dias em os ventos ditam a paragem de todo este sistema. Mas tal não aconteceu. Pois, a avaliação que é feita no EIA é a partir dos dados da estação meteorológica do Funchal, daí se concluir que os ventos não se incluem nos riscos! A situação no Curral é obviamente bem diferente. Estamos a falar de um vale num maciço montanhoso que atinge 1400m de um lado e 1200m do outro. Este vale é um “corredor” de excelência para ventos, sobretudo à altura em que se pretende que as cabines (Paredão/Boca da Corrida) venham a circular.

**b) A concentração humana e os acidentes decorridos das atividades:**

A concentração humana é só por si um risco, mas ainda o é mais face às características do local. Por outro lado, as atividades radicais também são um potencial de risco de acidentes. Mas nada disto é estudado e avaliado com o rigor que deveria no EIA. Estamos perante “o melhor dos Mundos” onde nada acontece. A única preocupação apontada, tal como já referimos, é a possibilidade de sobrecarga sobre os serviços de saúde locais. Planos de emergência, de evacuação de emergência, etc., nada disto consta das preocupações do EIA.

**2 – Este Projeto está de costas voltadas para o futuro e compromete um património fundamental à vida humana, a Natureza!**

**Tentar fazer passar este Projeto, como pretende o Governo Regional, como uma oferta de turismo Verde e de Natureza é uma falácia sem pudor!**

Num momento em que as emergências climáticas e outros problemas ambientais exigem respostas urgentes para preservar a Vida no Planeta, nomeadamente a vida humana; num momento em que os impactes a nível planetário de modelos de crescimento económicos intensivos e agressivos, sejam eles na floresta, na agricultura, ou no turismo deixam rastros irreparáveis tanto a nível ambiental como social; num momento em que a Humanidade começa a despertar para o valor intrínseco da Natureza e onde são cada vez mais os cidadãos e as comunidades disponíveis para mudar os seus hábitos e caminhar pelos trilhos do futuro, o Governo Regional avança com um Projeto que nasce de costas voltadas para o futuro!

Este projeto tem numerosos impactes sobre a Natureza e o ambiente e alguns poderão ser irremediáveis, entre eles destacamos os seguintes:

**2.1- Impactes decorrentes da pressão humana.**

Sendo este Projeto virado para o turismo massificador, mesmo que os números apresentados de utilizadores estejam atualmente muito inflacionados, nomeadamente devido à pandemia, a gestão que será feita dos turistas levará a que venham em grandes grupos ao mesmo tempo (do barco para o teleférico). Isto irá criar uma pressão humana que terá graves impactes no meio natural em que o projeto se insere.

Acresce que este tipo de turismo, até pela relação tempo/espço, não mostra o melhor e

mais respeitador comportamento e responsabilidade, nem com o meio natural, nem com a comunidade local.

Para além disso estamos perante um aumento substancial de resíduos e efluentes urbanos e outros decorrentes do funcionamento dos equipamentos, num meio natural até agora preservado.

## **2.2 – Impactos sobre os solos**

Os solos vão ser fortemente afetados, não só na fase de construção, como também na fase de funcionamento, e a área afetada irá muito para além da área de implementação do Projeto. Os estacionamento de viaturas e de autocarros terão sempre tendência para fugir das balizas.

**Sobre este assunto, é no mínimo estranho que o EP e o EIA nunca refiram, nem apresentem nenhuma área para estacionamento do lado da estação do Paredão, nem as áreas que vão ser usadas para passagens das viaturas. Tal como nunca referem as expropriações. Para Os Verdes isto não acontece por acaso, é a forma que o Governo Regional encontrou para tentar argumentar que não há sobreposição com a área classificada do Monumento Natural do Maciço Montanhoso e também para tentar reduzir aos olhos públicos a verdadeira área natural que vai ser sujeita a degradação irreversível.**

A avaliação que o EIA faz dos impactes sobre os solos, tanto em fase de construção como em fase de exploração, é chocante! Assumindo que estes impactes existem e são negativos, relativiza completamente a sua magnitude e importância, assim como outros parâmetros.

## **2.3 – Impactes sobre os sistemas ecológicos: Flora, Vegetação e Habitats e Fauna**

**Perante um inventário de campo que permitiu identificar, na área de Projeto ao que diz respeito à comunidade florística e espécies RELAPE, 46 espécies, distribuídas por 33 famílias (EIA, p. 138), como pode o mesmo EIA, na parte de avaliação de impactes chegar à conclusão que só serão afetadas em fase de obra 3 espécies! "No Paredão e Boca da Corrida, a destruição de pequenas áreas atualmente colonizadas por matos (giestal)...", "No Curral das Freiras: (...) uma comunidade vegetal ruderal ..." e "No Parque Aventura: a perturbação de um povoamento de folhosas" (EIA, p.3 11)!!!!!!**

Os Verdes querem ainda sublinhar que tal como se demonstrou no n.º1 do Ponto 2, a área afetada é bem maior que a área delimitada no Projeto.

A nível da Fauna, a avaliação de impactes está reduzida ao mesmo miserabilismo. **Sabe-se, por exemplo, que esta é uma zona de passagem das Freiras da Madeira no seu percurso para nidificação, algo que o Estado de Referência do EIA lamentavelmente não refere. Sabendo-se a importância da ilha para a preservação desta espécie, considerada uma das aves marinhas mais raras do mundo, que tem a Madeira como espaço único de nidificação no Planeta, como classificar um EIA que não avalia os impactes que decorrem da perturbação na sua área de passagem pelos cabos e cabines teleféricas??!!!!**

**Muito mais haveria para dizer sobre impactes não avaliados, como por exemplo:**

- **a nível sonoro**, só são avaliados os impactes dos equipamentos, e nunca os dos grupos de turistas;
- **a nível do Parque Aventura** não é feita uma avaliação séria sobre os impactes no povoado florestal, que inclui Laurissilva, classificada Património da Humanidade;
- **a nível da paisagem** é completamente desvalorizado o impacto de todo este Projeto sobre o estado de autenticidade do maciço Montanhoso e sobre o vale dos Socorridos. Autenticidade que é hoje um valor turístico cada vez mais apreciado por outro tipo de turistas, respeitadores do ambiente e que interagem com as comunidades locais e nelas deixam riqueza. Estamos perante uma verdadeira poulição da paisagem não só com os edifícios mas também e ainda com os inúmeros cabos, bolas sinalizadoras e cabines que vão poluir o céu do Curral que também é paisagem.

Participando o PEV em muitas Consultas Públicas de Avaliação de Impacte Ambiental de todo o país, não há registo de um EIA tão despojado quanto este! Este EIA não passa de um proforma para cumprir a Lei. Os Verdes responsabilizam, por isso, a Entidade de Acompanhamento que aceitou o documento com todas estas lacunas. Esta situação tem obviamente uma explicação, e ela é política! Sendo a entidade "promotora" o IFCN/Governo Regional e a Entidade de Acompanhamento a Secretaria Regional do Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas trata-se de um caso de Juíz em causa própria. O que esperar?!

**3 - Este Projeto foi pensado para servir os interesses dos grandes operadores turísticos e não para trazer o bem-estar e a qualidade de vida**

## **que as populações do interior da ilha merecem, nomeadamente na freguesia do Curral e do Jardim da Serra!**

Por muito que os responsáveis do Governo Regional e os autarcas alinhados tentem fazer passar a ideia que o Projeto trará grandes benefícios para a população do Curral das Freiras e do Jardim da Serra, e que nele reside a salvação miraculosa para o desemprego e a erosão populacional que afeta estas freguesias, Os Verdes estão convictos que assim não será! Os postos de emprego residuais que o Projeto poderá vir a criar, nestas duas freguesias, estarão sempre muito dependentes das oscilações das opções dos grandes operadores turísticos que mudam em função dos seus interesses económicos, e das conjunturas mundiais, tal como a pandemia demonstrou. Temos grandes dúvidas que estes poucos postos de trabalho sejam criadores de uma dinâmica de desenvolvimento local. Já os danos que o Projeto gera, nomeadamente sobre a natureza, a paisagem e o ambiente, abordados no parágrafo anterior, acumulados com os impactes negativos expectáveis decorrentes da pressão humana sobre estas comunidades e as suas formas de vida, para além dos riscos, expostos no primeiro parágrafo, terão impactes profundos e irremediáveis sobre um património único, a autenticidade do Curral das Freiras!

**Mas, para Os Verdes preservar a autenticidade não é sinónimo de parar no tempo,** é sinónimo de valorização do que é único como alavanca de um modelo de desenvolvimento duradouro, harmonioso e sustentável, que coloca o bem-estar e a qualidade de vida das populações locais em primeiro lugar. Preservar a autenticidade é a porta aberta que garante o acesso ao futuro!

Este Projeto não tem este objetivo! Ele foi pensado para servir os interesses dos grandes operadores turísticos, tal como ficou claro no debate na RTP-Madeira, no qual o Presidente do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN), entidade promotora do Projeto, em representação do Governo Regional, afirmou que o Projeto se destinava “aos turistas dos cruzeiros (...) um turismo que passa algumas horas aqui na Madeira”. Por outro lado, a ênfase e realce que colocou no teleférico Paredão/Boca da Corrida, que considerou “constituir só por si uma atração”, mostra bem a lógica de funcionamento deste Projeto, num circuito de economia fechada ligada aos interesses económicos dos grandes operadores turísticos que se alimentam de um turismo massificador, que pouco ou nada deixa às comunidades locais, para além do ruído, dos lixos e de alguns empregos precários.

Os Verdes não podem também deixar de sinalizar, em relação aos impactes



socioeconómicos, três outras questões que consideram mostrar quanto este Projeto é mais outro “elefante branco” que não assume responsabilidades nem ambientais, nem sociais, nem económicas com a população e o futuro do Curral, nem da Ilha. A primeira é o facto do EIA não ter integrado nenhum economista e sociólogo, na sua equipa, para analisar e avaliar este Projeto na perspetiva socioeconómico. A segunda é basearem-se em dados respeitantes aos potenciais turistas anteriores à Pandemia.

Mas vejamos alguns dados retirados dos documentos disponíveis:

### **3.1 – No que diz respeito à criação de postos de trabalho.**

**Empregos em fase de obra** - O Resumo Não Técnico (RNT, p.7) estima-se que “o número de trabalhadores entre os vários Empreiteiros (construção civil, eletromecânica, equipa de transportes, montagem) equipas de Fiscalização, Dono da Obra, entre outros, **seja no pico dos trabalhos de 50 trabalhadores** compartilhados e em simultâneo, entre as obras das diferentes frentes”!

Ora, o Dono da Obra (o IFCN/Governo Regional) já tem os seus trabalhadores. Os empreiteiros da região, para os trabalhos que lhes forem atribuídos, também já têm, na sua grande maioria, os seus trabalhadores, sobretudo nas áreas mais especializadas. A montagem dos teleféricos que requer uma intervenção muito especializada, e com pouca expressão no nosso país, terá grande probabilidade de ser feita por grandes empresas estrangeiras especializadas nesta área, que trarão os seus técnicos, que ficarão a residir no Funchal e partirão depois da obra acabada. Aliás estamos a falar de um Concurso Internacional.

Estes dados permitem confirmar que, em fase de obra, muito poucos postos de trabalho serão criados para pessoas das freguesias do Curral e do Jardim da Serra e que as freguesias não beneficiarão, ou muito pouco, dos alojamentos que poderão vir a ser associados, visto que o acesso por via do Funchal aos estaleiros no Curral e no Paredão é bem mais simples.

**Em fase de exploração** – “estima-se que a exploração do Projeto crie 40 postos de trabalho efetivos” (EIA, p. 64 e p. 382)! Estamos a falar do sistema no seu todo, teleféricos, zip line, restaurante. Ora como é do conhecimento geral e é prática na Região, uma grande parte dos postos de trabalho ligados ao setor da restauração e do turismo têm vínculos precários e estão dependentes da conjuntura internacional. E o que é claro é que as taxas de turismo na Madeira ainda não voltaram aos números anteriores à Pandemia.

### **3.2 – Dados desatualizados e omitidos:**

Os dados sobre os quais se baseiam as projeções, no que diz respeito aos potenciais turistas que este Projeto irá atrair, são anteriores à Pandemia. Ora o que é verdade é que a Covid ainda se manifesta, e até está de novo a aumentar em certos países, nomeadamente em Inglaterra. Há por outro lado, um novo fator, que os estudos não podiam ter em conta, mas que vai afetar o tipo de turismo que este Projeto visa atrair, os impactes económicos na economia nacional, europeia e mundial da Guerra na Ucrânia. Dado novo que deve ser um fator importante de reflexão e ponderação, mesmo para os defensores do Projeto.

**Por fim, Os Verdes não deixam de estranhar que nunca sejam abordadas as expropriações de terrenos que estão a ser feitas, enquanto os arrendamentos de terrenos para o Zip Line aparecem!**

### **3.3 - Ausência de outra Alternativa ao Projeto, no EIA**

Esta “incapacidade” assumida do EIA para apresentar, segundo mandam as regras, outra alternativa ao Projeto vem demonstrar claramente que a finalidade deste não visa o “desenvolvimento do interior da ilha”, como tenta fazer passar o Governo Regional. Se assim fosse teria sido possível projetar essa alternativa, nomeadamente ouvindo as populações locais, os seus anseios e aspirações e dando cumprimento a situações reivindicadas há anos, como a ligação entre o Curral e o Jardim da Serra. Mas este Projeto está feito à medida e por encomenda dos interesses dos grandes operadores turísticos, por isso é difícil outra alternativa!

## **Conclusão**

**Os Verdes consideram que este EIA e esta AIA não passam de um descarado proforma que não dignifica as Entidades Regionais.**

O Partido Ecologista Os Verdes não nega nem recusa que o turismo é um dos potenciais de desenvolvimento da ilha da Madeira. No entanto, os desafios do futuro devem levar a repensar os modelos desse turismo. Expandir o modelo de turismo “betonizado” e massificador, já existente na costa Sul para o interior e para a costa Norte será não só fazer da Madeira um destino igual a tantos outros no Mundo, como cria sérios problemas para os próprios ilhéus e para os turistas. E havendo, hoje em dia, cada vez mais turistas

que pretendem uma estadia diferente, realmente amiga do ambiente, num laço de proximidade com as populações locais, onde deixam riqueza, porquê destruir esse potencial que pode e deve contribuir para o desenvolvimento da Madeira?

Quanto a ofertas radicais, o que haverá de mais original, radical e único do que as levadas, veredas e escarpas da Madeira. **O maior Parque Aventura da Região Autónoma é a própria Ilha da Madeira!**

Funchal, 8 de abril de 2022

Partido Ecologista Os Verdes/ Coletivo Regional da Madeira